

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE LETRAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**A ORDEM VERBO-SUJEITO NO PORTUGUÊS DO BRASIL:
POR UMA AVALIAÇÃO EMPÍRICA DAS DIFERENTES ANÁLISES**

por

Prof. Dr. Sergio Menuzzi
Curso de PG em Letras da PUCRS

Porto Alegre, junho de 2001.

Projeto de Pesquisa:

A Ordem Verbo-Sujeito no Português do Brasil:
Por uma Avaliação Empírica das Diferentes Análises

Sumário

0. Dados de Identificação
1. Proposição Geral
2. Situando o Projeto
3. Breve Revisão Bibliográfica Preliminar
4. Justificativa e Objetivos
5. Método
6. Plano de Trabalho e Cronograma
7. Referências bibliográficas

0. Dados de Identificação

Solicitante: Prof. Dr. Sergio de Moura Menuzzi

Instituição: Curso de Pós-Graduação em Letras, PUCRS

Áreas: Linguística, Letras e Artes (Teoria e Análise Linguística; Língua Portuguesa)

Modalidade: bolsa individual de produtividade em pesquisa

Período: março de 2002 a março de 2004 (duração de 24 meses)

1. Proposição Geral

O presente projeto propõe um estudo cujo objetivo geral é avaliar criticamente as principais análises disponíveis das orações com a ordem Verbo-Sujeito em português do Brasil. Para isso, pretende-se identificar algumas das predições cruciais feitas por análises tanto gerativistas quanto funcionalistas, predições estas que serão então investigadas empiricamente. Quer-se com isso colaborar para a definição da situação sincrônica do português do Brasil no que respeita à ordem Verbo-Sujeito, tornando possível uma melhor compreensão do significado teórico desta construção: é um padrão único, ou é manifestação de diferentes estruturas sintáticas? possui uma justificativa funcional geral, ou há diferentes correlações entre estrutura e função?

2. Situando o Projeto

Embora a língua portuguesa, incluindo aí sua variante brasileira, seja considerada uma língua cuja ordem de palavras mais comum é a ordem Sujeito-Verbo, é bem sabido que a ordem “inversa” Verbo-Sujeito também é possível em diversos contextos (como por exemplo em *Acabou a rebelião no Carandiru*). Esta última, a ordem Verbo-Sujeito, tem sido objeto de particular interesse na literatura linguística dos últimos 20 anos em virtude de duas observações fundamentais. A primeira é a de que teria uma frequência extremamente baixa no português do Brasil se comparada à sua frequência no português europeu ou mesmo na variante culta brasileira (tal como refletida na língua escrita; cf. Thomas 1969, Lira 1982, Pontes 1986).¹ A segunda observação fundamental é que o PB (como o francês) seria a língua inovadora entre as línguas românicas no que diz respeito à ordem VS: até o século XIX, o PB teria mantido um padrão de ordem semelhante ao do PE e das demais línguas româ-

¹ Daqui em diante, passo a usar as seguintes abreviaturas: “S” para “sujeito”; “V” para “verbo”; “O” para objeto; portanto, “SVO” para a ordem “Sujeito-Verbo-Objeto”, etc.; “PB” para “português brasileiro” e “PE” para “português europeu” (i.e., a língua portuguesa tal como correntemente utilizada em Portugal). Seguirei também uma prática notacional frequente na literatura linguística brasileira, a de utilizar as abreviaturas inglesas para categorias sintáticas: portanto, “NP” para “sintagma nominal”, “VP” para “sintagma verbal”, etc.

nicas, em que a possibilidade de inversão entre verbo e sujeito seria relativamente livre; a partir de então, mudanças na organização da língua teriam resultado em severas restrições à possibilidade de se usar a ordem VS (cf. Tarallo & Kato 1988, Berlinck 1989, Duarte 1996, Figueiredo Silva 1996, entre outros).

Evidentemente, o comportamento singular do PB em relação às demais línguas românicas coloca pelo menos três questões gerais de análise lingüística:

- (1) a. descritivamente, em que precisamente o uso da ordem VS em PB difere de seu uso nas demais línguas românicas (especialmente em PE)?
- b. teoricamente, há alguma fonte particular para esta diferença? qual é ela?
- c. historicamente, por que e como esta diferença surgiu?

Estas questões têm sido investigadas, de um modo ou de outro, desde que as particularidades da ordem VS no PB começaram a chamar a atenção dos lingüistas brasileiros. Foram especialmente importantes, neste sentido, o trabalho pioneiro de Eunice Pontes (1986, 1987) e o acalorado debate teórico que se deu entre Milton do Nascimento (1984, 1990) e Naro & Votre (1989, 1992). E, a partir da segunda metade da década de 80, surgiram as linhas teóricas fundamentais que nos permitem, agora, formular questões mais específicas de investigação.

De um lado, há o conjunto de valiosas contribuições dadas pelo grupo de trabalho orientado por Mary Kato e Fernando Tarallo na UNICAMP. Este grupo tem investigado vários aspectos da sintaxe do PB sob uma perspectiva que procura conciliar hipóteses teóricas baseadas em modelos gerativistas – especialmente, na chamada “teoria de princípios e parâmetros” (ver Chomsky & Lasnik 1995) – com métodos labovianos de análise quantitativa e sociolingüística (ver Kato & Tarallo 1987). Deste trabalho resultou um conjunto amplo de descobertas que fornecem um quadro geral tanto da situação sincrônica da sintaxe do PB como de sua evolução diacrônica. A interpretação teórica mais ou menos consensual deste quadro, de acordo com este grupo de trabalho, é a de que muitas das propriedades sincrônicas do PB, *incluindo aí as restrições à ordem VS*, são resultado de uma “mudança paramétrica”: o PB estaria se tornando uma “língua de sujeito obrigatório” como o francês, deixando de ser uma “língua de sujeito nulo” como o PE e as demais línguas românicas (cf. Kato & Tarallo 1988, Duarte 1996, Figueiredo Silva 1996, Figueiredo Silva *et alii* 2000, Coelho *et alii* 2001, entre outros; contra esta posição, entretanto, ver Nicolau 1995).

Por outro lado, diversos trabalhos de cunho funcionalista têm surgido nos últimos anos sobre a ordem VS, em parte como uma reação às abordagens gerativistas, em parte como o resultado da atual onda de crescimento da lingüística funcional entre pesquisadores brasileiros (ver Neves 1999). Estes trabalhos têm se concentrado em determinar as motivações funcionais que estariam por trás do uso da ordem VS em PB (por exemplo, Pezatti 1994, Berlinck 1998, Naro & Votre 1999), com base nas quais procuram demonstrar a inadequação descritiva e analítica das abordagens gerativistas (ver Pezatti & Camacho 1997a,b; cf., originalmente, Pontes 1986 e Naro & Votre 1989). Encontram-se também alternativas que procuram explicar em termos funcionais o surgimento diacrônico das restrições à ordem VS hoje encontradas no PB (por exemplo, Berlinck 1989 e Pezatti & Camacho 1997a,b).

Em resumo, pode-se dizer que o trabalho descritivo e analítico acumulado sobre a ordem VS em PB, tanto de perspectiva gerativista quanto funcionalista, já é vasto. Ainda assim, há inúmeras lacunas descritivas tanto no que concerne à situação sincrônica da ordem VS em PB, quanto à sua comparação com PE e com as demais línguas românicas, e ainda quanto ao hipotético processo de mudança que o PB sofreu. E, o que é mais importante, algumas destas lacunas envolvem fatos que podem ser cruciais para a avaliação apropriada das diferentes alternativas analíticas disponíveis, bem como de suas teorias correspondentes.

O presente projeto se propõe, por isso, a investigar empiricamente algumas destas lacunas, mais especificamente, aquelas que dizem respeito à situação sincrônica da ordem VS em PB. O intuito é colaborar para o estabelecimento de um quadro descritivo tão preciso quanto possível, a fim de que se possa avaliar a viabilidade das diferentes análises propostas na literatura, sejam estas de cunho gerativista ou funcionalista. Isso não apenas permitirá que se avance na compreensão teórica das propriedades da ordem VS em PB, mas também fornecerá subsídios fundamentais para uma melhor compreensão de evolução diacrônica da sintaxe do PB.

No que segue, faz-se uma breve revisão bibliográfica preliminar com o intuito de apresentar algumas das análises e hipóteses específicas que serão investigadas, bem como de ilustrar o tipo de questão empírica que guiará o trabalho.

3. Breve Revisão Bibliográfica Preliminar: Identificando Hipóteses e Predições

3.1 A Ordem VS em PB sob a Perspectiva Gerativista

Pelo menos desde a dissertação de doutorado de Milton do Nascimento (1984), a literatura presume, de maneira mais ou menos geral, que a ordem VS em PB tem distribuição mais restrita do que em outras línguas românicas e, em particular, do que em PE:² grosseiramente falando, línguas românicas *pro-drop* (isto é, que possuem sujeitos nulos) como o espanhol, o italiano e o PE permitiriam a posposição de sujeito com qualquer tipo de verbo (intransitivos, transitivos diretos e indiretos, etc.), enquanto que o PB aceitaria naturalmente a ordem VS somente com verbos intransitivos, impondo restrições no caso dos demais verbos:

- (1) *VS com verbo intransitivo:*
- a. Caiu um avião em Madagascar. [OK em PB e PE; ex. de Kato 2000b]
 - b. Sono cadute alcune pietre. [OK em italiano; ex. de Rizzi 1982]
São caídas algumas pedras
“Caíram algumas pedras.”
- (2) *VS com verbo transitivo:*
- a. [A maçã?] Comeu-a o João. [OK em PE, cf. Kato 2000a]
 - b. [La torta?] L’ha mangiata la mamma. [OK em italiano, cf. Benincá & Salvi 1988, *apud* Kato 2000a]
A torta a há comida a mamãe
“[A torta?] Comeu-a a mamãe.”
 - c. ??[A maçã?] Comeu (ela) o João. [inaceitável ou não usual em PB]
(vs. “[A maçã?] O João comeu (ela).”)

Embora haja um certo consenso no que diz respeito a esta caracterização inicial, a descrição precisa das condições sob as quais se dá a posposição de sujeitos em PB tem se revelado mais polêmica entre os gerativistas.

Nascimento (1984), por exemplo, supõe que a posposição é possível com qualquer verbo intransitivo porque, na ausência de um objeto, o “sujeito” poderia ser analisado como objeto do verbo – e isso é que permitiria os casos eventuais de ordem VS em PB. Ainda assim, esta possibilidade estaria sujeita a uma restrição adicional de “indefinitude”: só “sujeitos” *indefinitos* poderiam ser pospostos, de onde um contraste como:

- (3) a. Chegou um cara estranho na festa
b. *Chegou o cara estranho na festa

Figueiredo Silva (1996) concorda com esta restrição de indefinitude, mas argumenta que ela aponta para uma outra restrição: a ordem VS só seria possível com os chamados verbos *inacusativos* ou *ergativos*, e não com os intransitivos *não-ergativos*:³

² Aqui me refiro à ordem VS apenas em “brações simples”, isto é, orações declarativas em que V é um verbo principal, não-auxiliar, flexionado. Para um levantamento detalhado dos vários casos de inversão identificados na gramática tradicional, ver Pontes (1987), cap. VI, e Neves (1996). Para uma discussão teórica das várias estruturas de inversão do PB, ver Moraes (1996), Kato *et alii* (1996) e Ribeiro (1999).

³ *Verbos inacusativos* são verbos como *existir*, *aparecer*, *chegar*, *surgir*, *cair*, etc., cujo sujeito superficial possui várias propriedades semânticas e gramaticais características dos *objetos* verbais, entre as quais a de ter um papel temático não agentivo (ver Perlmutter 1978, Burzio 1986, entre muitos outros). A Hipótese da Inacusati-

- (4) a. Chegou um cara estranho na festa
 b. *Tossiu um cara bem no meio do filme

Segundo Figueiredo Silva, o contraste em (4) se deveria ao fato de que “sujeitos” pospostos têm de ser indefinidos porque recebem Caso partitivo; este, sendo um Caso inerente, só poderia ser atribuído ao “argumento interno” do sintagma verbal, isto é, a um objeto direto do verbo (cf. Belletti 1988). Isso explicaria por que somente “sujeitos” de verbos inacusativos poderiam ser pospostos (ver nota 3 acima).

Em resumo, a partir da discussão de Nascimento (1984) e Figueiredo Silva (1996) podemos identificar pelo menos duas restrições que operam sobre a ordem VS em PB:

- (5) a. *Restrição da Indefinitude:*
 Apenas “sujeitos” indefinidos podem ser pospostos.
 b. *Restrição da Monoargumentalidade:*⁴
 Versão 1: Apenas verbos intransitivos permitem a ordem VS (Nascimento 1984)
 Versão 2: Apenas verbos inacusativos permitem a ordem VS (Figueiredo 1996)

O ponto fundamental a observar aqui é que há algo em comum nas descrições feitas por Nascimento (1984) e Figueiredo Silva (1996), bem como na maioria das descrições gerativistas (ver também Kato & Tarallo 1988, Nicolau 1995, Kato 2000, Figueiredo Silva *et alii* 2000, Coelho *et alii* 2001): a idéia de que a restrição fundamental à ordem VS em PB é de natureza “estrutural” ou “formal”. Especificamente, a hipótese geral parece ser a de que *só podem ser pospostos os “sujeitos” que também possam, por uma razão ou outra, ser “estruturalmente” analisados como objetos*. Esta idéia tem raízes que remontam a Perlmutter (1976), tendo se tornado particularmente atraente no quadro teórico da sintaxe gerativa recente devido à hipótese, a que antes me referi, de que o PB é ou estaria se tornando uma língua *não-pro-drop*.

No que diz respeito a esta última, a descoberta crucial foi feita inicialmente, tanto quanto sei, por Tarallo (1983), tendo sido detalhada posteriormente em outros trabalhos (por exemplo, Duarte 1996): o PB vem, desde o século XIX, usando cada vez menos sujeitos pronominais ocultos, ou “sujeitos nulos”, e preenche cada vez mais a posição de sujeito com os pronomes plenos correspondentes. Isto é, onde o PE ainda usa freqüentemente sujeitos ocultos, como em (6a,b), o PB passou a usar pronomes plenos, como em (7a,b):

- (6) a. ___ sei que ___ vou ser escolhido (PE)
 b. João sabe que ___ vai ser escolhido
 (7) a. *Eu* sei que *eu* vou ser escolhido (PB)
 b. João sabe que *ele* vai ser escolhido

vidade sustenta que tais “sujeitos” são de fato objetos na estrutura subjacente da frase, sendo eventualmente promovidos a “sujeitos superficiais” (por meio de movimento, por exemplo).

Os chamados verbos *não-ergativos* (do inglês *unergative*) são os intransitivos cujo sujeito superficial possui propriedades semânticas e gramaticais de sujeitos “normais” – por exemplo, possuem em geral um papel temático agentivo. Na análise de Figueiredo Silva (1996), verbos não-ergativos não permitiriam a ordem VS em PB justamente porque seu sujeito superficial é também um “sujeito” no nível de representação subjacente e não pode, portanto, ocupar a posição de objeto.

Na literatura funcionalista, a terminologia de referência aos verbos inacusativos é mais variada, sendo eles ora chamados de *existenciais*, ora *apresentativos*, etc.

⁴ O termo “restrição da monoargumentalidade” apareceu originalmente em Kato & Tarallo (1987, 1988). Kato & Tarallo também vêem a inversão com verbos inacusativos como o “caso normal” de inversão em PB, possuindo uma estrutura sintática diferente da inversão com outros verbos (ver 3.2 abaixo). Entretanto, acreditam que a “restrição da monoargumentalidade” se aplica aos demais casos de inversão, tendo o caráter de um “filtro de superfície”. Por razões de espaço, não poderei discutir esta questão aqui.

Para se ter uma idéia de quão significativo tem sido este processo de mudança na expressão dos sujeitos pronominais referenciais em PB, basta verificar os índices fornecidos por Duarte (1996, gráfico 1, p. 112): até aproximadamente o fim do século XIX, o uso de “sujeitos nulos” tinha freqüência de cerca de 80%, e pronomes plenos de 20% no *corpus* de Duarte; no final do século XX, o padrão praticamente inverteu – 75% dos casos são de pronomes plenos, e apenas 25% de nulos.

A conclusão que Kato & Tarallo (1988) e muitos trabalhos subseqüentes (por exemplo, Duarte 1996 e Figueiredo Silva 1996) tiraram desta descoberta foi a de que o PB está sofrendo uma ‘mudança paramétrica’: está deixando de ser uma língua *pro-drop* e se tornando uma língua de sujeito obrigatório. E isso parece ser corroborado justamente pelas restrições impostas pelo PB à ordem VS: a literatura sobre o parâmetro do sujeito nulo enfatiza o fato de que uma das principais propriedades de uma língua de sujeitos obrigatórios é precisamente a de impor severas restrições à ordem VS. Em particular, línguas como o inglês e o francês também parecem impor restrições similares à da indefinidade e à da monoargumentalidade (ver Burzio 1986, Belletti 1988, e referências lá citadas):⁵

- (8) a. There has just arrived a new candidate for the job
 “(Expletivo) Tinha recém chegado um novo candidato para o cargo”
 b. *There has just arrived John
 “(Expl) Tinha recém chegado o João”
 c. ??There has just called a new candidate for the job
 “(Expl) Tinha recém telefonado um novo candidato para o cargo”
- (9) a. Il est arrivé trois amis “(Expl) Chegaram três amigos”
 b. *Il est arrivé Jean “(Expl) Chegou o João”
 c. ??Il a téléphoné trois amis “(Expl) Telefonou três amigos”

Assim, as abordagens gerativistas tendem a ver as restrições à ordem VS encontradas em PB como efeitos do fato desta língua estar se tornando uma língua de sujeito obrigatório (para uma versão recente desta abordagem, ver Figueiredo Silva *et alii* 2000, Coelho *et alii* 2001).

Deve-se notar que as restrições acima descritas surgiram da observação de julgamentos intuitivos de aceitabilidade, e não do exame de ocorrências de enunciados em *corpora* de fala. Isso, evidentemente, não as invalida: antes, os vários trabalhos que estudaram a distribuição quantitativa das ordens SV e VS em *corpora* do PB confirmam, ao menos parcialmente, ambas restrições – a ordem VS é mais freqüente com sujeitos indefinidos e com verbos inacusativos (cf., por exemplo, Lira 1982, Berlinck 1989, Naro & Votre 1999). Por outro lado, estes mesmos estudos quantitativos também revelam que, ao menos em *corpora* de fala, tais restrições não são absolutas – encontram-se casos de inversão com verbos que não são inacusativos (inclusive com verbos transitivos), bem como com sujeitos definidos. Tais casos fornecem, na verdade, os principais argumentos das abordagens funcionalistas contra as análises gerativistas que venho discutindo nesta seção.

Os estudiosos gerativistas estão, é claro, cientes da existência de casos que não se conformam às suas generalizações básicas, mas tendem a vê-los como “excepcionais” em algum sentido. Há várias possibilidades. Para citar algumas: (a) casos “excepcionais” de ordem VS podem ser resultado da interferência da norma aprendida na escola, que se espelha no português dos séculos XVIII e XIX – portanto, uma língua *pro-drop*; (b) alguns contextos podem ser “reliquias” históricas da mudança – isto é, contextos em que, por razões de freqüência, etc., o enrijecimento da ordem VS ainda não se estabeleceu completamente; (c) alguns casos de ordem VS podem não ser casos de “inversão do sujeito”, mas resultado de alguma outra estrutura gramatical disponível no PB – por exemplo, estruturas envolvendo movimento do verbo para esquerda do sujeito (cf. Kato & Tarallo 1988, entre outros).

Todas estas possibilidades são, em princípio, verificáveis empiricamente. Se, de fato, os casos de ordem VS “excepcionais” são, ao menos parcialmente, influenciados pela norma aprendida na escola, então esperamos que eles sejam mais fortemente condicionados por anos de *escolaridade* que os casos não excepcionais: por exemplo, esperaríamos que o uso da ordem VS com *verbos não-ergativos* fosse

⁵ Na verdade, a restrição da monoargumentalidade parece ser ainda mais severa em inglês, já que apenas uma subclasse dos verbos inacusativos, a dos verbos de “aparição” (*appear, arise, emerge*, etc.), permite a inversão (cf. Burzio 1986, p.159 e ss.).

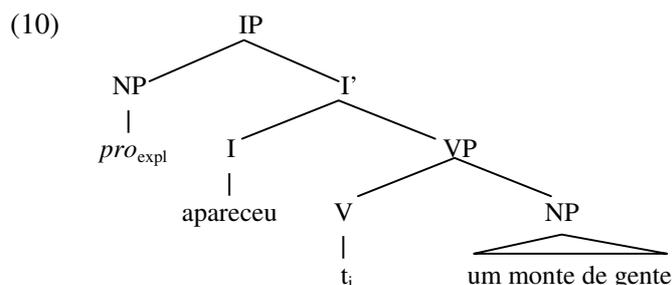
fortemente condicionado por falantes de maior escolaridade, enquanto que a ordem VS com *verbos inacusativos* não deveria mostrar este condicionamento de modo tão nítido. De modo similar, se alguns dos casos de ordem VS “excepcionais” são contextos em que a mudança ainda não se estabeleceu por completo, é porque se presume que estes contextos *estão em processo de mudança* e terão, eventualmente, a ordem VS restrita do mesmo modo que nos demais contextos. Espera-se, portanto, que o uso da ordem VS nestes “contextos conservadores” seja fortemente condicionada *pela idade* do falante. Tanto quanto sei, este tipo de estudo ainda não foi empreendido de modo sistemático e em larga escala. Portanto, parte da evidência crucial para a determinação do quadro sincrônico real do PB ainda está por ser investigada.

O presente projeto tem como objetivo geral colaborar com definição da situação do PB, mas pretende fazê-lo investigando a terceira possibilidade apontada anteriormente: a de que os casos “excepcionais” de estrutura VS em PB poderiam envolver estruturas sintáticas diferentes da do “caso normal” em PB (a inversão com verbos inacusativos). Essa possibilidade é de particular interesse porque, como veremos, as análises funcionalistas tendem a desprezá-la, presumindo que não há diversidade estrutural por trás da ordem VS em PB.

É claro que, a fim de investigar a hipótese geral de que por trás da ordem VS em PB existem diferentes opções estruturais, é preciso dispor de propostas explícitas, cujas conseqüências e predições possam ser enumeradas para fins de verificação empírica. Procurarei ilustrar o tipo de questão que o presente projeto se propõe a investigar discutindo nas próximas seções as várias possibilidades estruturais propostas no estudo clássico de Kato & Tarallo (1988). Um dos objetivos da investigação que pretendo empreender é o de fazer um levantamento da bibliografia disponível para a identificação de propostas como as de Kato & Tarallo.

3.2 Algumas Estruturas de Ordem VS em PB

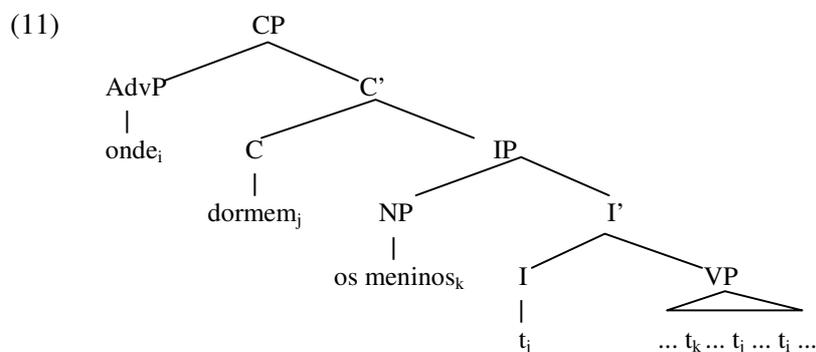
Kato & Tarallo (1988) propõem que a ordem VS manifesta quatro estruturas sintáticas diferentes em PB: além da estrutura mais freqüente, envolvendo verbos inacusativos, haveria outras três, de freqüência mais restrita, possivelmente obsoletas do ponto de vista diacrônico; nestas três estruturas obsoletas, a ordem VS ainda seria possível com verbos que não os inacusativos, bem como com sujeitos definidos. De acordo com Kato & Tarallo, na estrutura inacusativa o “sujeito invertido” ocupa, na verdade, a posição de objeto verbal, e o verdadeiro sujeito gramatical da oração é um “pronomexpletivo nulo”:



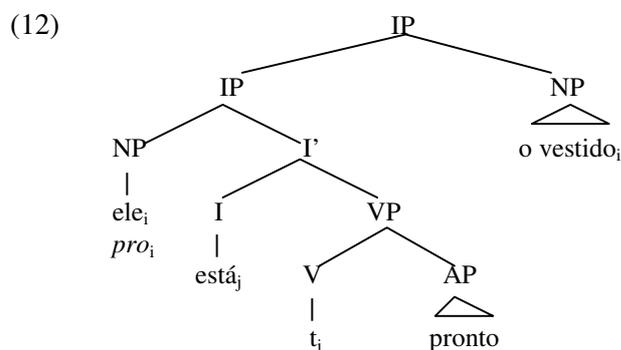
Este caso de ordem VS seria, então, análogo às estruturas VS encontradas em línguas não-*pro-drop* como o inglês e o francês. Uma evidência circunstancial para essa linha de análise poderia vir da tendência atual do PB de evitar a concordância entre verbo e sujeito na ordem VS (cf. *De repente apareceu três cara mal-encarado* vs. *Três cara mal-encarado apareceram de repente*). Como se sabe, as estruturas de sujeito posposto em francês, que envolvem um pronome expletivo manifesto, também apresentam ausência de concordância com o sujeito posposto, cf. *Il est arrivé trois hommes*, e não **Il sont arrivés trois hommes*. A analogia do PB com o francês pode ser motivada por duas razões: de um lado, há a hipótese de que o PB está se tornando uma língua de sujeito obrigatório, como o francês; por outro, o “expletivos nulo” do PB (*pro* em (10)) é como o *il* expletivo do francês, isto é, aciona concordância de 3a. pessoa do singular no verbo, cf. *pro_expl chove/il pleut*. É possível, então, que o padrão de concordância encontrado nas orações com ordem VS em PB seja mais um efeito da estrutu-

ra (10), isto é, do fato de a inversão com inacusativos em PB ter a mesma estrutura que a inversão em francês. (Sobre os padrões de concordância com estruturas de expletivos, ver Cardinaletti 1997.)

Já a ordem VS com verbos intransitivos não-ergativos e com verbos transitivos só seria possível, segundo Tarallo & Kato (1988), em estruturas sintáticas bastante diferentes de (10).⁶ Numa delas, o sujeito ocuparia sua posição “normal” na frase, mas o verbo se deslocaria para uma posição no começo da frase, movimento este acionado, por exemplo, pela presença de um constituinte interrogativo na frase:



Uma outra possibilidade estrutural que permitiria estender a inversão VS a verbos que não os inacusativos seria o que Kato & Tarallo chamam de “estruturas de anti-tópico”: nestas construções, o “sujeito invertido” seria um “afterthought” – um esclarecimento do sujeito sintático, presumivelmente o tópico da frase. Sintaticamente, estas estruturas teriam um sujeito pronominal referencial, que em PB se manifestaria normalmente por um pronome pleno e, residualmente, como um pronome nulo *pro*. O “sujeito invertido” não ocuparia, portanto, a posição de sujeito, mas uma posição não-argumental de adjunção à oração:



No que diz respeito à frequência restrita das estruturas (11) e (12), a explicação poderia estar justamente nas mudanças diacrônicas que o PB vem sofrendo. Quanto a (12), a estrutura com sujeito nulo (portanto, com a ordem VS superficial) estaria se tornando rara porque o PB vem eliminando sujeitos nulos referenciais como *pro* em (12) (cf. Kato & Tarallo). Com respeito a (11), a estrutura poderia estar se tornando mais restrita em virtude de uma outra mudança que o PB vem sofrendo, a perda do movimento do verbo para a posição de COMP (que também pode estar associada à mudança paramétrica responsável pela perda de sujeitos nulos referenciais, cf. Morais 1996; ver também Duarte 1992, Rossi 1996). Seja como for, o que importa aqui é que as três estruturas possuem várias propriedades distintas e fazem previsões diferentes, permitindo que se possa verificar sua correção empírica.

⁶ Como se disse antes, Kato & Tarallo apresentam três estruturas nas quais verbos não-inacusativos poderiam aparecer. No que segue, apresentarei apenas duas delas, aquelas que têm sido pouco revisadas. Uma das estruturas originalmente propostas por Kato & Tarallo, a que chamaram de “plain V-Front” [fronteamento simples de V], tem recebido várias formulações diferentes em trabalhos mais recentes de M. Kato (ver, especialmente, Kato & Tarallo 1991, Kato 2000a,b). Por exigir consideração mais detalhada, esta estrutura não será discutida aqui.

3.3 Algumas Predições sob a Perspectiva Gerativista

Considere, por exemplo, as diferenças pertinentes à *concordância verbal*. Das três estruturas acima apresentadas, a única em que o “sujeito invertido” não é o “sujeito sintático” da oração é a estrutura inacusativa em (10). Neste caso, o sujeito é, por hipótese, um *pro* expletivo; como vimos, *pro* expletivo em PB é possivelmente especificado como 3a. pessoa do singular, de onde se espera que os verbos em estruturas inacusativas apresentem uniformemente flexão de 3a. pessoa do singular independentemente do sujeito – isto é, prediz-se a *ausência* de concordância na estrutura (10).

Já na estrutura (11), o sujeito ocupa a posição de sujeito sintático da oração, aquela que entra na relação de concordância verbal. Daí que se espera que, em estruturas como (11), haja concordância entre o sujeito invertido e a forma verbal. Finalmente, com relação a (12), o “sujeito invertido” não é ele mesmo o “sujeito sintático” da frase; entretanto, o “sujeito sintático” da frase é um pronome nulo co-referencial a ele. Este sujeito nulo deve, portanto, ter os mesmos traços relevantes (de pessoa, gênero e número) que o “sujeito invertido”, acionando, por isso, a concordância verbal correspondente. Daí que esperamos que também haja concordância entre “sujeito invertido” e forma verbal na estrutura (12) (ainda que esta concordância não seja direta, estritamente falando).

Em resumo, no que diz respeito à concordância verbal em PB, o que as estruturas em (10) a (12) predizem é que:

- (13) *Predições de (10) a (12) com respeito à concordância verbal:*
- não há concordância entre forma verbal e “sujeito invertido” em (10);
 - há concordância entre forma verbal e “sujeito invertido” em (11) e (12).

Agora, dada a hipótese de que a estrutura em (10) só é possível com verbos inacusativos, enquanto que a ocorrência da ordem VS com outros tipos de verbos deve ser manifestação de estruturas como (11) ou (12), o que se pode predizer é que:

- (14) *Correlações preditas entre tipo de verbo e concordância verbal:*
- verbos inacusativos favorecem a ausência de concordância verbal, cf. (13a);
 - outros verbos favorecem a presença de concordância verbal, cf. (13b).

É preciso ter uma certa cautela na averiguação destas predições, especialmente pelo fato de o PB possivelmente estar em transição no que diz respeito à ordem de palavras. Isso significa que o sistema pode apresentar variação e instabilidade no que diz respeito às estruturas de ordem VS, o que afetaria tanto o julgamento dos falantes nativos quanto frequências em *corpora*. Justamente pela situação peculiar do PB – em que pode haver alto grau de variação – pretende-se, neste projeto, verificar as hipóteses em discussão por meio do estudo de um *corpus* de fala (bem como de um levantamento sistemático dos resultados disponíveis na literatura baseados neste tipo de estudo; ver *metodologia*). Em um estudo quantitativo de ocorrências em um *corpus*, pode-se concluir que predições como as acima descritas estão corretas se se verificam tendências mais ou menos robustas: se as ocorrências de ordem VS com verbos inacusativos favorecem fortemente a ausência de concordância verbal e se as ocorrências de ordem VS com os demais verbos favorecem a presença de concordância.⁷

Considere agora brevemente algumas das predições das estruturas em (10)-(12) referentes a propriedades semântico-discursivas dos “sujeitos invertidos”. Na estrutura (10), o “sujeito invertido” não ocupa a posição de sujeito sintático, que é usualmente aquela que expressa o “tópico” da frase; antes, aparece numa estrutura cuja função típica é a de introduzir novos participantes no discurso (como as estruturas com expletivos em inglês e francês; ver Givón 1979 e muitos outros). Daí a já conhecida correlação entre ordem VS com inacusativos e sujeitos indefinidos. Na estrutura (11), por outro lado,

⁷ Há evidência preliminar para essa predição. Depreende-se da discussão de Duarte (1989, p.104) que em seu *corpus* o traço ‘ausência de concordância’ co-ocorre significativamente apenas com verbos “intransitivos exi-s-tenciais”; isto é, inacusativos. De modo semelhante, segundo Costa (2000), em PE a ordem VS pode opcionalmente levar à ausência de concordância entre verbo e sujeito, o que só ocorre com verbos inacusativos. Em suma, a ausência de concordância na ordem VS em português parece correlacionar-se com verbos inacusativos.

o ‘sujeito invertido’ é também o sujeito sintático da frase e pode, portanto, ser o tópico da oração. Aliás, isso é ainda mais provável no caso de orações interrogativas, já os constituintes interrogativos (isto é, os constituintes QU) são o ‘foco’ de suas orações, sendo os demais constituintes – incluindo o ‘sujeito invertido’ – elementos dados (ver Zubizarreta 1998). Ou seja, numa estrutura como (11) deveria haver boas chances de o sujeito ser um NP definido. Finalmente, na estrutura (12), de anti-tópico, o ‘sujeito invertido’ é um ‘esclarecimento’ do sujeito pronominal, que é em geral o tópico da oração e é, portanto, definido na maior parte dos casos. Logo, o ‘sujeito invertido’ também deve ser, muito freqüentemente, um SN definido (cf. Kato & Tarallo 1988).

Assim, dadas as propriedades semântico-discursivas associadas às diferentes posições de ‘sujeito invertido’ postuladas por Kato & Tarallo, pode-se prever que:

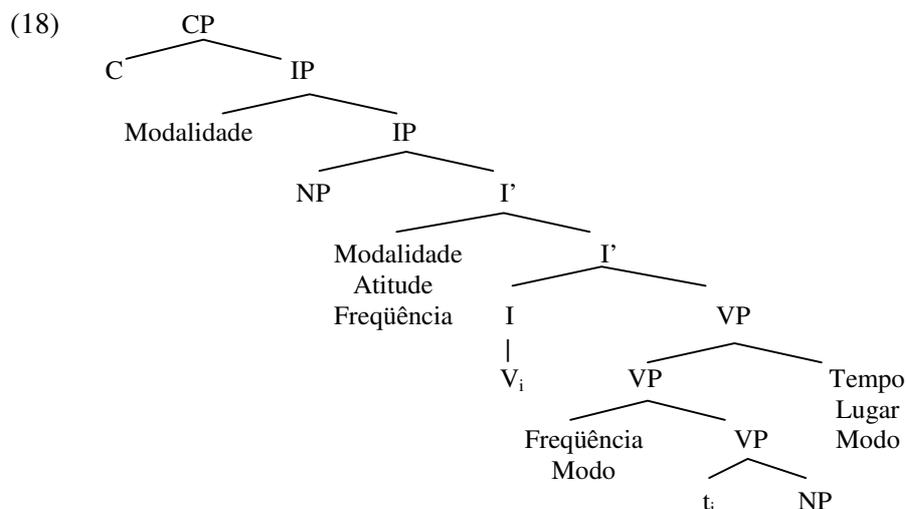
- (15) *Predições de (10) a (12) com respeito à definitude do ‘sujeito invertido’* :
- (10) favorece o uso de ‘sujeitos invertidos’ indefinidos;
 - (11) e (12) favorecem o uso de ‘sujeitos invertidos’ definidos.

No que diz respeito às correspondências postuladas entre as estruturas em (10)-(12) e tipos de verbos, pode-se então formular as seguintes predições:

- (16) *Correlações preditas entre tipo de verbo e definitude do ‘sujeito invertido’* :
- verbos inacusativos favorecem ‘sujeitos invertidos’ *indefinidos*, cf. (15a);
 - outros verbos favorecem ‘sujeitos invertidos’ *definidos*, cf. (15b).

Finalmente, vejamos brevemente que predições as estruturas em (10)-(12) fariam no que diz respeito à distribuição de outros elementos na frase. Aqui, limitar-me-ei à distribuição de modificadores adverbiais. A observação crucial é que diferentes tipos de modificadores adverbiais tendem a ter uma distribuição típica diferente devido ao ‘escopo’ de sua modificação (ver Jackendoff 1972, Sportiche 1988, Pollock 1989, Belletti 1990, Costa 1998). Simplificando fatos e análise a fim de ilustrar o raciocínio, pode-se dizer que em PB encontramos a distribuição típica sumariada em (18) abaixo:

- (17) *Algumas Classes de Modificadores Adverbiais*
- de modalidade: possivelmente, provavelmente, etc.
 - de atitude (orientados-ao-sujeito): honestamente, francamente, etc.
 - de freqüência: sempre, freqüentemente, etc.
 - de modo: rapidamente, cuidadosamente, etc.
 - de lugar: em casa, no restaurante, etc.
 - de tempo: ontem, hoje, amanhã, etc.



Quando unidas à distribuição típica de elementos adverbiais tal como ilustrada em (18), as estruturas (10)-(12) resultam em predições diferentes no que diz respeito a ordem destes modificadores com relação ao verbo e ao “sujeito invertido”. Especificamente:

- (19) *Predições de (10) a (12) com respeito à ordem de elementos adverbiais:*
- a. Com relação a estrutura em (10):
 - i) precedem o verbo advérbios de modalidade, frequência e atitude;
 - ii) ocorrem entre o verbo e o “sujeito invertido” advérbios de frequência e modo;
 - iii) ocorrem depois do “sujeito invertido” advérbios de tempo, lugar e modo;
 - b. Com relação a estrutura em (11):
 - i) não há elementos adverbiais que precedam o verbo;
 - ii) ocorrem entre o verbo e o “sujeito invertido” advérbios de modalidade;
 - iii) ocorrem depois do “sujeito invertido” advérbios de modalidade, atitude, frequência, modo, tempo e lugar.
 - c. Com relação a estrutura em (12):
 - i) precedem o verbo advérbios de modalidade, frequência e atitude;
 - ii) ocorrem entre o verbo e o “sujeito invertido” advérbios de frequência, modo, tempo e lugar;
 - iii) não ocorrem depois do “sujeito invertido” modificadores adverbiais.

Assim, fica claro que hipóteses como as ilustradas em (10) a (12) acima fazem diferentes predições no que diz respeito à ordem típica de modificadores adverbiais. Em um estudo de *corpus*, deve-se repetir, não se pode esperar diferenças categóricas; ainda assim, prediz-se padrões de frequências diferentes, com tendências diferentes: verbos inacusativos permitindo mais frequentemente advérbios de modo entre o verbo e o sujeito invertido (cf. (19a)), e outros verbos permitindo mais advérbios de modalidade ou de tempo e lugar (cf. (19a,b)); etc.

Mais genericamente, o ponto principal da discussão precedente é: propostas como as de Kato & Tarallo fazem várias predições específicas, que podem ser verificadas empiricamente. Como veremos a seguir, o mesmo vale para propostas de cunho funcionalista.

3.4 *Algumas Propostas Funcionalistas*

Na discussão precedente, vimos que os estudos gerativistas adotam, em geral, a hipótese de que os casos “normais”, produtivos, de ordem VS em PB envolvem estruturas com verbos inacusativos. Os demais casos de inversão possivelmente seriam historicamente “residuais” e teriam uma estrutura sintática diferente. Tal quadro sincrônico seria o resultado de uma “mudança paramétrica” sofrida pelo PB – uma explicação de cunho puramente sintático.

Entretanto, encontram-se na literatura sobre a inversão em PB também explicações alternativas, baseadas em princípios funcionais, isto é, que atribuem certas propriedades de forma a funções semântico-discursivas das expressões linguísticas. Berlinck (1989), por exemplo, sugere que a restrição da monoargumentalidade deriva de uma restrição funcional que atua de modo particularmente forte em PB e que chamarei de “restrição da ambigüidade”:

(20) *Restrição da Ambigüidade*

A probabilidade de ocorrência de VS é proporcionalmente inversa ao grau de ambigüidade introduzido pelo predicado na identificação do “sujeito”:
quanto maior a chance do “sujeito invertido” não ser interpretado como o sujeito gramatical do predicado, menor a chance da ordem VS, e vice-versa (cf. Berlinck 1989, 104-5; ver também Pontes 1987).

Esta restrição explicaria de modo natural a seguinte hierarquia de predicados, encontrada por Berlinck no seu *corpus* sincrônico e definida pela frequência com que os predicados co-ocorrem com a ordem VS (dados extraídos da tabela 5 de Berlinck 1989, 102):

(21) <i>Tipo de Verbo</i>	<i>Frequência de VS</i>
verbos inacusativos	99% (322/326)
verbos não-ergativos	46% (127/272)
verbos de ligação	23% (107/456)
transitivo indireto	8% (8/91)
transitivo direto	3% (11/343)
bitransitivo	0% (0/22)

A ordem VS seria mais freqüente com verbos intransitivos (inacusativos e não-ergativos) porque não haveria ambigüidade possível – estes verbos só possuem um argumento, que só pode ser, portanto, o sujeito. (Quanto à diferença entre inacusativos e não-ergativos, ver abaixo.) Com verbos de ligação, haveria alguma possibilidade de ambigüidade porque o predicativo pode ser um NP (como em *Todo mundo foi bacana comigo/Foi todo mundo bacana comigo* vs. *Todo mundo foi uma criança um dia* vs. *??Foi todo mundo uma criança um dia*). Com verbos transitivos indiretos, a ambigüidade é maior do que com verbos predicativos porque o objeto indireto é sempre um nominal. Mas a ambigüidade com verbos transitivos indiretos é menor do que com transitivos diretos porque o objeto direto – tal como o sujeito – é um NP não acompanhado de preposição, enquanto que o objeto indireto é um NP acompanhado de preposição. Ou seja, a preposição que rege o objeto indireto pode minimizar a ambigüidade. Finalmente, os verbos que menos favorecem a ordem VS são os bitransitivos, que são acompanhados de *dois* complementos NPs, o objeto direto e o indireto.

Mas por que a restrição da ambigüidade teria uma ação mais forte no PB do que em estágios anteriores desta língua, ou do que em PE? Berlinck sugere que a mudança fundamental, neste caso, não está relacionada com o parâmetro do sujeito nulo – nem com a estrutura sintática das orações envolvendo a inversão –, mas com o desaparecimento dos pronomes acusativos átonos (ver Tarallo 1983, Duarte 1989, Cyrino 1994, entre muitos outros). Nas palavras de Berlinck, “é possível pensar (...) que uma língua com um sistema clítico rico e produtivo na fala permita maior liberdade na ordenação dos constituintes da frase: quando eles são atualizados na forma de clíticos, a probabilidade de que a construção resulte ambígua diminui muito (...)” (p.107). A sugestão de Berlinck pode ser facilmente ilustrada:

- (22) a. A Maria, encontrou-a o João. [PE e português padrão]
 b. ?? A Maria, encontrou (ela) o João. [PB, se houvesse inversão]

Num sistema como o PB, que não possui mais pronomes (de 3a. pessoa) que marquem claramente as funções gramaticais, a inversão do sujeito resultam em frases cuja ambigüidade não pode ser desfeita por elementos de forma (cf. (22b)); num sistema com pronomes que marcam claramente as funções gramaticais, como no PE, isso não acontece (cf. (22a)).

A explicação de Berlinck deixa algumas arestas a serem aparadas. É de particular interesse aqui o fato de que a “restrição da ambigüidade” não é capaz de explicar, por si, a enorme diferença de freqüência que há entre os casos de ordem VS com verbos inacusativos e outros verbos intransitivos (99% vs. 46% no *corpus* sincrônico de Berlinck): ambos os verbos só possuem um “argumento”; logo, não há, em princípio, ambigüidade possível com nenhum dos dois tipos de verbos. Além disso, é claro que a “restrição da ambigüidade”, por si, nada teria a dizer acerca da definitude ou indefinitude do “sujeito invertido”. Ou seja, ainda que a análise de Berlinck possa explicar parcialmente a “restrição da monoargumentalidade”, ela precisa de auxílio no que diz respeito a outras propriedades salientes da inversão em PB.

Quanto à restrição da indefinitude, a alternativa é óbvia. Assim como os gerativistas, os funcionalistas em geral também presumem que a ordem VS está de algum modo associada a estruturas apresentativas (Pontes 1987, Naro & Votre 1989, 1999, Pezatti 1994 e Berlinck 1997, entre outros). No que diz respeito ao PB em particular, Naro & Votre sugeriram que a restrição da indefinitude seria um efeito colateral de um outro princípio mais fundamental:

(23) *Princípio da Baixa Tensão*

A ordem VS indica baixo nível de tensão comunicativa: o referente do sujeito não é o tópico corrente do discurso, mas antes um elemento periférico, e a oração não está situada na linha central, ou *foreground*, do fluxo corrente de informação, mas antes pertence ao *background* (cf. Naro & Votre 1999, 85).

Para Naro & Votre, o princípio em (23) explica naturalmente a restrição da indefinidade: NPs indefinidos são usados basicamente para introduzir novos referentes no discurso, logo, não podem ser usados para retomar anaforicamente seu tópico momentâneo. Por isso, enunciados com NPs indefinidos pertencem em geral ao *background* narrativo, favorecendo a ordem VS. Já NPs definidos em geral retomam referentes já introduzidos no discurso, e a retomada anafórica é frequentemente um indício de que o referente ainda é o tópico do discurso. Portanto, de acordo com o Princípio da Baixa Tensão, NPs definidos não devem favorecer a ordem VS.

É importante observar que o princípio em (23) não exige que “sujeitos invertidos” sejam definidos: se um NP definido é usado para retomar um referente não central, secundário, do discurso, a ordem VS pode ser usada, cf. (24b) vs. (24a) (exemplos de Naro & Votre):

- (24) a. O carro da minha senhora, o TN4937 – era um TL – foi roubado. Foi roubado e ficou três dias desaparecido. *Depois esse carro apareceu aqui*, numa delegacia aqui. [esse carro = tópico; ordem = SV]
- b. De noite eu ia para ali perto do — na rua Riachuelo, né? Tinha um depósito do jornal *O Dia*. Comprava o jornal, ia para Copacabana vender dentro dos ônibus. Aí, quando dava assim três e meia, mais ou menos, *acabava o jornal*. Aí quatro horas pegava o trem para Japeri. [o jornal = referente secundário; ordem = VS]

Exemplos como estes, é claro, são um problema para análises que postulam alguma restrição categórica de indefinidade do sujeito posposto (como algumas propostas gerativistas).

Da discussão precedente vê-se que é possível conceber uma análise das propriedades da ordem VS em PB que recorra aos efeitos da restrição da ambigüidade, proposta por Berlinck, e do princípio da baixa tensão, proposto por Naro & Votre. A primeira daria conta de certos aspectos da ‘restrição da monoargumentalidade’; o segundo, de aspectos como a baixa freqüência de sujeitos definidos pospostos. O fundamental aqui é que, sob esta perspectiva, não há em princípio diferenças qualitativas, estruturais – *sintáticas* – necessariamente associadas a diferentes tipos de inversão. Em particular, seja a inversão com verbos inacusativos, não-inacusativos, transitivos, etc., ela é sempre vista como sendo regida por princípios funcionais gerais, comuns a todos os casos, e não por configurações sintáticas alternativas. Esta é uma propriedade fundamental das abordagens funcionalistas, claramente distinta da linha adotada pelas abordagens gerativistas. Discutirei brevemente as conseqüências disso logo abaixo.

Naro & Votre afirmam que várias restrições sobre a ordem VS podem ser explicadas pelo Princípio da Baixa Tensão. Há uma que é de particular interesse para o presente projeto: a de que a ordem VS é particularmente favorecida por uma subclasse de verbos intransitivos, os inacusativos, ou apresentativos/existenciais na terminologia funcionalista.⁸

Naro & Votre parecem sugerir que há uma propriedade semântica fundamental destes verbos: embora muitos possuam um significado lexical bastante dinâmico, denotando movimento físico (*chegar, cair, vir*, etc.) ou mudança de estado (*acabar, desaparecer, fechar*, etc.), Naro & Votre observam que, quando usados “existencialmente” na ordem VS, estes verbos frequentemente não expressam sua “carga semântica completa”. Operacionalmente, sustentam que isso se reflete no fato de que na ordem VS estes verbos podem ser trocados mais freqüentemente uns pelos outros do que na ordem SV (75%

⁸ Há outras restrições que Naro & Votre atribuem ao princípio da baixa tensão: o fato de que a ordem VS é favorecida com NPs “pesados” e desfavorecida pronomes; de que há correlação entre as ordens SV e VS, de um lado, e o *status* informacional do sujeito de outro (quanto mais dado ou acessível o referente, menos favorecida é a ordem VS); de que há correlação entre a ordem VS e o nível de “transitividade” da oração (de onde segue o fato de que orações transitivas e a animacidade do sujeito desfavorecem a ordem VS).

versus 50%, respectivamente, no *corpus* dos autores). Eis um exemplo ((3) de Naro & Votre 1999, p. 80):

- (25) Foi o cara, sabe? Ele estava perdido, assim. *Apareceu* (*chegou/surgiu/veio/etc.*)
uns homens [ordem = VS]. Aí, ele brigou, brigou. Aí, ele não conseguiu, sabe?
Não conseguiu liquidá-los.

Segundo Naro & Votre, “(...) embora *apareceu* de fato denote um movimento físico no nível lexical, é o *resultado* (estar lá) deste movimento que é importante para o discurso narrativo” (p. 98; originalmente em inglês; tradução e grifos meus). A sugestão parece ser: verbos inacusativos favoreceriam a ordem VS porque podem referir-se ao *estado* que resulta do movimento antes que ao movimento em si mesmo. Mas por que isso favoreceria a ordem VS?

A fim de responder a esta pergunta, é preciso esclarecer um outro aspecto básico da abordagem funcionalista adotada por Naro & Votre: o pressuposto de que orações que pertencem ao *foreground* da narrativa possuem, em geral, um alto nível de “transitividade”, enquanto que orações que pertencem ao *background*, ao contrário, têm em regra um baixo nível de “transitividade”, hipótese formulada por Hopper & Thompson (1980). “Transitividade” é entendida por Hopper & Thompson como uma propriedade semântica escalar das orações: uma oração será tanto mais “transitiva” quanto maior for a “efetividade” da ação que descreve, isto é, quanto maior for a intensidade com que uma ação se transfere de um participante a outro (do agente ao paciente, em orações transitivas prototípicas). O grau de “efetividade” de uma ação – e o grau de “transitividade” da oração correspondente – é determinado por um conjunto amplo, de pelo menos dez, parâmetros semânticos (cf. Hopper & Thompson 1980, 252 e ss.). Para a presente discussão, são de particular relevância dois destes parâmetros: o número de participantes da ação (ações que envolvem um participante são menos “transitivas” do ações que envolvem dois participantes) e a dinamicidade do evento (eventos que envolvem ações e processos são mais transitivos do que eventos que envolvem estados).

Mas, por que orações pouco transitivas pertenceriam ao *background* de uma narrativa, e orações mais transitivas ao *foreground*? A hipótese básica é a de que os discursos em geral possuem duas macro-estruturas fundamentais: o *foreground*, que fornece as informações que contribuem de modo imediato e fundamental para os objetivos do falante, e o *background*, que fornece informação subsidiária, que situa, amplifica ou comenta o que é fundamental (cf. Hopper & Thompson 1980, 280 e ss.). Do ponto de vista do discurso narrativo, o fundamental, o *foreground*, é o conjunto de eventos que fazem a narrativa progredir, isto é, a cadeia principal de ações nas quais participa o protagonista de um episódio, isto é, o tópico do discurso. O subsidiário é tudo o que situa a narrativa espacial ou temporalmente, caracterizando o “cenário”, ou o que a amplifica, caracterizando e introduzindo personagens.

Ora, assim fica claro por que orações mais transitivas participam, em geral, do *foreground* de uma narrativa: por sua própria natureza – descrevem em geral ações altamente efetivas, dinâmicas –, elas tendem a contribuir para o progresso da narrativa. Inversamente, orações pouco transitivas pertencem ao *background* porque, descrevendo eventos pouco dinâmicas – estados, por exemplo –, tendem a situar a narrativa, a oferecer caracterização secundária dos seus personagens, ou a introduzi-los localizando-os.

Podemos, agora, retornar à explicação sugerida por Naro & Votre para a oposição entre verbos inacusativos e os demais verbos intransitivos – isto é, os não-ergativos. Em primeiro lugar, devemos notar que, sendo ambos os tipos de verbos intransitivos – tendo somente um argumento –, denotam necessariamente eventos de um só participante. Em relação ao parâmetro do número de participantes, portanto, tais eventos são pouco transitivos. Dado o princípio da baixa tensão, não é surpreendente, portanto, que verbos intransitivos favoreçam a ordem VS. Mas, e quanto ao contraste entre verbos inacusativos e não-ergativos?

Verbos inacusativos podem, em virtude de sua semântica, referir-se ao *estado* resultante de uma mudança de posição (no caso de verbos de movimento físico como *chegar*, *cair*, *vir*, etc.) ou de estado propriamente dito (como *acabar*, *faltar*, etc.). Neste caso, expressam eventos pouco dinâmicos, pouco “transitivos”, que tendem a pertencer ao *background* narrativo; assim, de acordo com o princípio da baixa tensão, favorecem a ordem VS. Já verbos não-ergativos denotam ação (*telefonar*, *correr*, *cami-*

nhar) ou processo (*espirrar, tropeçar, roncar*): estes são eventos dinâmicos e, embora não envolvam ações “efetivas” – não há transferência da ação de um participante a outro –, ainda assim são “mais transitivos” do que os eventos denotados por verbos inacusativos em seu uso “existencial”. Faz, portanto, sentido que verbos não-ergativos favoreçam menos a ordem VS que verbos inacusativos.

Em resumo, procurei mostrar brevemente que as abordagens funcionalistas oferecem uma alternativa de análise às abordagens gerativistas recorrendo a condições como a “restrição da ambigüidade” e o “princípio da baixa tensão”. E o ponto principal desta linha de análise é que *não postula diferentes configurações sintáticas* para orações com ordem VS com diferentes tipos de verbos. De fato, alguns dos trabalhos funcionalistas acima citados enfatizam este aspecto de sua análise, vendo a necessidade de recorrer a diferentes estruturas como um artefato e, portanto, uma fraqueza das abordagens gerativistas (ver, por exemplo, Naro & Votre 1989, p. 177, e Pezatti & Camacho 1997a, p. 200).

Assim, enquanto para as abordagens gerativistas as restrições sobre a ordem VS são basicamente de ordem estrutural e são sensíveis, portanto, às diferenças estruturais associadas a diferentes verbos, para as abordagens funcionalistas este tipo de distinção é irrelevante. Antes, sob a perspectiva funcionalista, distinções de ordem funcional – por exemplo, graus de “transitividade” – são os fatores determinantes da ordem VS e, presumivelmente, de suas propriedades gramaticais. Evidentemente, estas diferenças de análise se refletem em diferentes predições empíricas, que permitem a comparação dos dois tipos de abordagem. É isso o que ilustrarei na próxima seção.

3.5 Algumas Predições sob a Ótica Funcionalista

Começamos procurando determinar as predições das propostas funcionalistas com relação à concordância entre forma verbal e “sujeito invertido”. Como tais propostas não postulam diferentes estruturas sintáticas para diferentes orações de ordem VS, é claro que elas também não prevêem diferenças de padrão de concordância verbal que dependam de diferenças estruturais. Podem, entretanto, atribuir possíveis variações de concordância a fatores funcionais, e um forte candidato a fator condicionante seria o grau de “transitividade” da oração. Vimos que, para Naro & Votre, a ordem VS é uma estrutura característica de orações de baixa transitividade. Também vimos que, justamente por causa disso, “sujeitos invertidos” tendem a ser pouco agentivos, possuindo propriedades de “objetos gramaticais” (cf. Pontes 1987 e Pezatti & Camacho 1997). Isto sugere uma explicação para a possível variação de concordância entre forma verbal e sujeitos invertidos: estes tenderiam a não acionar a concordância verbal à medida que tivessem mais propriedades típicas de “objetos” do que “sujeitos”.

Da perspectiva funcionalista, então, a variação nos padrões de concordância poderia estar associada aos fatores que determinam o quanto um “sujeito invertido” se parece funcionalmente com um “sujeito” ou um “objeto” – por exemplo, o grau de “transitividade” da oração. Isto é, enquanto que as abordagens gerativistas basicamente predizem uma dicotomia simples entre estruturas inacusativas e as demais estruturas (as primeiras favorecem ausência de concordância; as segundas, favorecem a concordância), as predições das abordagens funcionalistas seriam mais sutis. Especificamente, esperaríamos as seguintes correlações:

- (26) *Correlações preditas entre “nível de transitividade” e concordância verbal:*
- a. quanto maior o nível de transitividade da frase (quanto menos parecido com um “objeto” é o “sujeito invertido”), mais freqüente a concordância verbal;
 - b. quanto menor o nível de transitividade da frase (quanto mais parecido com um “objeto” é o “sujeito invertido”), menos freqüente a concordância.

Assim, quanto maior o número de parâmetros em que a frase se classifica como de “baixa transitividade” (um só participante, não agentivo, não animado, evento não dinâmico, etc.), maior as chances de ausência de concordância. É claro que esta predição se sobrepõe, parcialmente, às predições das abordagens gerativistas: afinal, como vimos, verbos inacusativos denotam eventos pouco dinâmicos e devem, por isso, favorecer a ausência de concordância. Mas há muitas diferenças entre as duas abordagens.

Por exemplo, de acordo com (26), espera-se que verbos inacusativos com sujeitos *animados* favoreçam mais a concordância do que verbos inacusativos com sujeitos *inanimados*; as abordagens gera-

tivistas não fazem esta predição. Do mesmo modo, para verbos transitivos – isto é, com mais de um argumento –, a abordagem funcionalista também prediz que haverá diferença com respeito à concordância de acordo com os demais parâmetros de “transitividade”: uma frase com verbo transitivo que denote um evento não dinâmico e cujo sujeito fosse inanimado e não-agentivo deveria favorecer mais a ausência de concordância do que uma frase com verbo transitivo que denote um evento dinâmico e cujo sujeito é animado e agentivo. É claro que as abordagens gerativistas não fazem uma tal predição.

Considere agora o que as abordagens funcionalistas prediriam com relação às propriedades semântico-discursivas dos “sujeitos invertidos”. O ponto fundamental aqui é que, para estas abordagens, a inversão tem sempre e essencialmente as mesmas funções discursivas, independentemente do tipo de verbo (e de estrutura sintática, que presumem ser a sempre a mesma). Evidentemente, a consequência disto é que a distinção entre verbos inacusativos, verbos não-ergativos e verbos transitivos *não* deveria ser um fator relevante para a determinação das propriedades semântico-discursivas e, portanto, para a definitude do sujeito invertido:

(27) *Correlações preditas entre tipo de verbo e (in)definitude do “sujeito invertido”:*

Não há correlação entre tipo de verbo e (in)definitude do “sujeito invertido”.

É de se notar que (27) *não* implica que a frequência *absoluta* de sujeitos invertidos definidos será a mesma com verbos inacusativos e não-ergativos, por exemplo. Afinal, como há um número muito maior de sujeitos invertidos com verbos inacusativos, certamente a frequência absoluta de sujeitos definidos também será maior com eles. O que (27) prediz é que a frequência *relativa* dos sujeitos definidos será aproximadamente a mesma para todos os tipos de verbos (isto é, o *percentual* de sujeitos definidos com relação ao total de sujeitos invertidos com verbos inacusativos deve ser aproximadamente o mesmo que o *percentual* de sujeitos definidos com relação ao total de sujeitos invertidos com verbos não-ergativos, etc.). Esta predição é claramente diferente da feita pela análise de Kato & Tarallo (cf. (16) acima).

Finalmente, no que diz respeito à ordem de modificadores adverbiais na frase, o ponto fundamental de novo é que as abordagens funcionalistas presumem que, independentemente do tipo de verbo, frases VS em PB possuem basicamente a mesma estrutura sintática. Ora, se isso é verdade e se é essa estrutura que determina a distribuição dos modificadores adverbiais na frase, então a consequência só pode ser uma:

(28) *Correlações preditas tipo de verbo e distribuição de elementos adverbiais:*

Não há correlação entre tipo de verbo e a distribuição linear de diferentes tipos de elementos adverbiais em orações com ordem VS.

Essa predição é particularmente clara para aquelas análises funcionalistas que rejeitam explicitamente qualquer diferença estrutural entre as orações de ordem VS com verbos inacusativos e as orações de ordem VS com os demais tipos de verbos. Por exemplo, Pezatti & Camacho presumem que todos os casos de ordem VS em PB são manifestações de um mesmo padrão sintático linear “(Tema) (Tópico) V S (O) (Antitema)” (Pezatti & Camacho 1997b, 106-107): evidentemente, do ponto de vista desta análise, não há por que esperar que advérbios de modo, digamos, tenham distribuição diferente neste padrão dependendo do tipo de verbo. De novo, as predições feitas por este tipo de análise e por uma análise como a de Kato & Tarallo são radicalmente diferentes.

4. Justificativa e Objetivos

Procurei mostrar, com a breve revisão bibliográfica precedente, que diferentes análises da ordem VS em PB fazem, em geral, predições diferentes com respeito a vários fenômenos gramaticais. Aqui a discussão foi de caráter ilustrativo e centrou-se em algumas diferenças concernentes ao padrão de concordância verbal predito, à (in)definitude do “sujeito invertido” e à ordem de modificadores adverbiais dentro da frase. Certamente consideração detalhada das análises revelaria diferenças cruciais com relação a outros fenômenos, também. Tanto quanto sei, entretanto, não só as predições que aqui identifiquei ainda não foram investigadas empiricamente, como também não houve até agora uma

tentativa de comparação sistemática das diferentes análises propostas na literatura para a ordem VS do PB. O resultado é que, embora disponhamos de literatura abundante sobre o tópico, o quadro descritivo está longe de ser completo, e o debate teórico continua longe de ter chegado a conclusões mais definitivas.

Assim, o que motiva o presente projeto é justamente a necessidade de cobrir algumas daquelas lacunas que são fundamentais na compreensão dos princípios que regem a sintaxe da inversão em PB. Sem uma investigação empírica como a que aqui proponho, não é possível responder às questões centrais que emergiram na discussão precedente: a ordem VS em PB é um padrão único, ou é manifestação de diferentes estruturas sintáticas? possui uma justificativa funcional geral, ou há diferentes correlações entre estrutura e função? em outras palavras: qual o estatuto da ordem VS na gramática sincrônica do PB – é fundamentalmente definida pelas possibilidades estruturais permitidas pelo PB, ou antes por requisitos de ordem funcional? Parece-me claro que, sem responder a tais questões, muitas das questões teóricas mais interessantes postas pela sintaxe do PB também não poderão ser respondidas de modo mais conclusivo – por exemplo, a questão de saber se as mudanças diacrônicas do PB estão ou não associadas a uma mudança paramétrica, como sugerem as análises gerativistas.

Em resumo: o objetivo mais geral do trabalho proposto no presente projeto é contribuir para definir de modo mais preciso o quadro descritivo da ordem VS em PB e, com isso, permitir uma melhor compreensão teórica de como o sistema de nossa língua se reorganizou ou está se reorganizando. A fim de atingir este objetivo geral, a investigação que proponho terá como objetivos mais específicos:

- (a) fazer uma revisão bibliográfica tão completa quanto possível da literatura linguística (tanto de cunho gerativista quanto funcionalista) sobre a ordem VS em PB, a fim de identificar as propostas analíticas mais significativas;
- (b) identificar predições empíricas feitas por estas propostas que sejam cruciais – que permitam distinguir as propostas entre si – e que não tenham ainda sido verificadas;
- (c) investigar empiricamente as predições cruciais identificadas, tanto pelo levantamento e a análise de resultados quantitativos disponíveis na literatura, quanto por estudo original de um *corpus* do PB (cf. *metodologia*).

No que diz respeito à investigação empírica propriamente dita, o trabalho aqui proposto terá como ponto de partida a discussão desenvolvida neste projeto. Assim, a fim de verificar as várias hipóteses identificadas na revisão bibliográfica preliminar apresentada (ou melhor, as predições correspondentes), pretendo inicialmente:

- (d) investigar a variação encontrada no sistema de concordância verbal com os “sujeitos invertidos”, a fim de saber se é ou não condicionada por tipo de verbo, ou por “nível de transitividade” da oração;
- (e) investigar a variação encontrada nas propriedades discursivas dos “sujeitos invertidos” (tal como manifestada, por exemplo, por sua (in)definitude), a fim de saber se é ou não condicionada por tipo de verbo;
- (f) investigar a variação encontrada na ordem de modificadores adverbiais em frases com “sujeitos invertidos”, a fim de saber se é ou não condicionada por tipo de verbo.

Evidentemente, o estudo detalhado não apenas das análises aqui discutidas como de outras alternativas certamente revelará que outros aspectos empíricos são fundamentais para uma avaliação apropriada. Estes outros aspectos também serão objeto de investigação.

Eu gostaria de adicionar que o estudo da ordem VS aqui proposto dará continuidade a um trabalho de pesquisa que vem sendo desenvolvido em colaboração com pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina (Izete Lehmkuhl Coelho e Maria Cristina Figueiredo Silva) e da Universidade Nova de Lisboa (João Costa). Este trabalho (cujos resultados parciais aparecem Figueiredo Silva *et alii* 2000, Coelho *et alii* 2001) colabora com um projeto mais amplo, que integra vários pesquisadores de universidades brasileiras e portuguesas, com o objetivo de comparar a sintaxe e a semântica do português do Brasil e de Portugal (“Língua Portuguesa: unidade e diversidade no início do século XXI”, coordenado por Mary Aizawa Kato e João Andrade de Peres).

6. Metodologia

Como disse antes, um dos objetivos principais do presente projeto é verificar as predições feitas por diferentes análises com respeito à ordem VS em PB. Também já indiquei que, para esse fim, pretendo considerar os resultados quantitativos disponíveis na literatura bem como pretendo fazer um estudo de *corpus* – portanto, um levantamento de ocorrências de ordem VS em um *corpus* de fala do PB, e a análise quantitativa dos fatores que, por hipótese, podem condicionar certas propriedades das estruturas VS encontradas. É importante justificar aqui a escolha deste método de verificação empírica, especialmente porque estarei avaliando também e principalmente abordagens gerativistas, cujo método usual de verificação é diferente.

É bem sabido que, desde que Chomsky (1965) propôs a dicotomia entre competência e desempenho, os gramáticos gerativistas não apenas têm reiteradamente enfatizado que seu objetivo é descrever a competência, como também o fato de que o desempenho de um falante é um retrato imperfeito de sua competência. Concomitantemente, o método preferido de obtenção de dados entre gerativistas é o de construir frases – freqüentemente isoladas, isto é, fora de contexto discursivo de suporte – e de julgá-las quanto à sua aceitabilidade. Embora este método tenha inúmeras vantagens sobre o estudo de ocorrências em um *corpus* – vantagens bem conhecidas desde a discussão original de Chomsky –, é preciso deixar claro duas coisas. A primeira é que a performance – e portanto as ocorrências em um *corpus* – também reflete, ainda que de modo indireto, a competência dos falantes de uma língua. E, principalmente, o método de verificação por meio juízos de aceitabilidade de frases isoladas também tem seus riscos e limitações (ver, por exemplo, Schütze 1996 para uma discussão recente).

No que diz respeito ao presente projeto, é preciso apontar dois problemas fundamentais para uma investigação da ordem VS em PB que se baseie puramente em juízos de aceitabilidade. O primeiro deles tem a ver com o fato de que a ordem VS é sabidamente uma estrutura fortemente condicionada por vários fatores que dizem respeito à organização e ao processamento do discurso. Para enumerar apenas alguns dos candidatos que apareceram em nossa discussão, podemos esperar que fatores como a distinção entre *foreground* e *background*, o fluxo de informação discursiva e o grau de topicalidade do sujeito, o grau de “transitividade” da oração, tenham todos algum papel na determinação da ordem VS. Controlar e prever os efeitos da ação conjunta dessa ampla gama de fatores em frases isoladas, ou mesmo em contextos construídos, é praticamente impossível, especialmente devido ao número de variáveis potencialmente relevantes. (Por exemplo, Hopper & Thompson 1980, p. 252, enumeram dez parâmetros determinantes apenas para o “nível de transitividade” de uma frase; cada parâmetro, por sua vez, se baseia num conjunto de distinções lingüísticas.) Assim, há o sério risco de que frases ou contextos construídos levem à inaceitabilidade simplesmente porque alguns dos fatores cruciais foram negligenciados ou eram mesmo desconhecidos pelo investigador. Esse tipo de problema, é claro, não se coloca numa investigação de *corpus*, onde se pode presumir que a grande maioria das frases realmente utilizadas são aceitáveis (especialmente na medida em que atestam padrões recorrentes).

O segundo problema que surge ao investigar a ordem VS em PB por meio de juízos de aceitabilidade isolados tem a ver com o fato de ser esta uma estrutura potencialmente muito instável e variável de falante para falante. Como se viu, estudos diacrônicos revelaram que o PB tem gradualmente limitado a distribuição da ordem VS; este processo de mudança, em si, já introduz um fator de variação na comunidade. Além disso, entretanto, é preciso considerar que a língua portuguesa padrão adquirida na escola brasileira e cultivada pelos membros mais escolarizados da comunidade reflete um estágio anterior do idioma, em que a ordem VS era mais livre (cf. Berlinck 1989, por exemplo). Assim, além da variabilidade inerente a um período de transição diacrônica, os indivíduos escolarizados ainda estão sujeitos a uma outra fonte de variabilidade que certamente interfere em seus julgamentos – o fato de que adquiriram e usam um registro da língua em que a ordem VS tem uma outra distribuição. É claro que esta distribuição deve, ao menos eventualmente, influenciar sua performance no idioma coloquial e, possivelmente, também seus julgamentos de aceitabilidade. Como distinguir, numa situação destas, quando o informante aceita uma frase porque ela é aceitável no vernáculo e quando ele a aceita porque ela é parte da norma? Este problema, de novo, não se coloca no estudo de *corpus*: presumivelmente aqueles padrões que fazem parte apenas do conhecimento passivo dos falantes e que,

portanto, aparecem apenas incidentalmente na sua performance coloquial devem ter um caráter menos robusto e sistemático do que os padrões produtivos que definem o sistema coloquial.

Em suma, parece-me que as características gerais das estruturas VS em PB indicam que um estudo de *corpus* é mais adequado para os fins a que esse projeto se propõe.

No que diz respeito ao *corpus* específico a ser utilizado para o estudo, pretende-se em princípio fazer uso das entrevistas que constituem o banco de dados do VARSUL. Há, transcritas e disponíveis, entrevistas com 24 informantes, divididos em 12 perfis sócio-etários (portanto, o corpus contém 2 representantes de cada perfil). Estes perfis são definidos pelas seguintes variáveis: 2 sexos (masculino e feminino); 3 níveis de escolaridade (primário, ginásial e secundário); 4 faixas etárias (20 a 30 anos, 30 a 40, 40 a 50, e acima de 50 anos). Além destas características, os informantes satisfazem alguns critérios adicionais que asseguram a representatividade do corpus: todos falam apenas português, moraram em Porto Alegre por pelo menos 2/3 de sua vida, não moraram fora da cidade por mais de um ano no período de aquisição (dos 2 aos 12 anos), e sua fala não causa estranheza a outros moradores da cidade. Cada informante foi entrevistado 2 vezes, com a entrevista preliminar tendo durado cerca de 15 minutos e a entrevista principal, cerca de 1 hora. Portanto, o corpus é constituído de cerca de 30 horas de gravação transcritas e disponíveis em forma de texto computadorizado.

Em princípio, não se pretende investigar aspectos sociolinguísticos da ordem VS, o que se fará apenas se os resultados iniciais se mostrarem muito fortemente condicionados por tais fatores. Além disso, o *corpus* inicial acima especificado poderá ser alterado – aumentado e/ou substituído parcialmente – se uma das seguintes situações emergir: (a) se o número de ocorrências de estruturas com ordem VS se revelar demasiadamente pequeno para estudo de aspectos pertinentes a este projeto; ou (b) se as primeiras análises estatísticas revelarem uma distribuição muito diferente daquela reportada por estudos baseados em outros *corpora*. Neste último caso, procurar-se-á obter amostras mais ou menos equilibradas da fala de diferentes capitais brasileiras, para o que se recorrerá aos arquivos do projeto NURC.

Finalmente, no que diz respeito aos instrumentos de análise estatística, far-se-á uso dos recursos computacionais compilados no pacote VARBRUL (cf. Pintzuk 1988).

7. Plano de Trabalho e Cronograma

O plano de trabalho da investigação inclui cinco atividades principais:

(a) organização do corpus: compilação das entrevistas do VARSUL e verificação de sua propriedade para os fins da pesquisa; em caso de resultado negativo, compilação de arquivos apropriados do NURC;

(b) seleção da bibliografia: seleção e busca de itens bibliográficos que se revelarem relevantes seja por referência na literatura consultada ou por algum outro meio (por exemplo, artigos pertinentes ao tópico que surgirem durante o período de execução do projeto);

(c) revisão da bibliografia: estudo da bibliografia selecionada, para fins de identificação de hipóteses e de predições que possam ser verificadas;

(d) levantamento e análise dos dados: levantamento, codificação e análise quantitativa das ocorrências de ordem VS no corpus selecionado; interpretação dos resultados obtidos;

(e) produção bibliográfica: produção de artigos/relatórios reportando os resultados da investigação (incluindo os relatórios exigidos pelo CNPq).

O cronograma planejado para a pesquisa aparece esquematizado no quadro abaixo:

		Organização do corpus	Seleção da bibliografia	Revisão da bibliografia	Levantamento e Análise de Dados	Produção bibliográfica
2002/3	MAR-ABR	X	X	X		
	MAI-JUN	X	X	X	X	
	JUL-AGO	X	X	X	X	
	SET-OUT	X	X	X	X	X
	NOV-DEZ		X	X	X	X
	JAN-FEV		X	X	X	X
2003/2	MAR-ABR			X	X	X
	MAI-JUN			X	X	X
	JUL-AGO			X	X	X
	SET-OUT			X	X	X
	NOV-DEZ			X	X	X
	JAN-FEV				X	X

8. Referências Bibliográficas

- Belletti, Adriana (1988) "The Case of Unaccusatives". *Linguistic Inquiry* 19, 1-34.
- Belletti, Adriana (1990) *Generalized Verb Movement*. Rosenberg & Sellier, Torino.
- Berlinck, Rosane de Andrade (1989) "A Construção VS no Português do Brasil: Uma Visão Diacrônica do Fenômeno da Ordem". Em Tarallo, org., 95-112.
- Berlinck, Rosane de Andrade (1997) "Nem Tudo o que é Posposto é Novo: Estatuto Informacional do Sujeito em Português". *Alfa* 41, 57-78.
- Burzio, Luigi (1986) *Italian Syntax: A Government-Binding Approach*. D. Reidel, Dordrecht.
- Cardinaletti, Adriana (1997) "Agreement and Control in Expletive Constructions". *Linguistic Inquiry* 28, 521-532.
- Chomsky, Noam & Lasnik, Howard (1995) "The Theory of Principles and Parameters". Em N. Chomsky, *The Minimalist Program*, pp. 13-127. MIT Press, Cambridge (EUA).
- Coelho, Izete; Brazzarola, Giorgia; Costa, João; Menuzzi, Sergio; Silva, Maria Cristina F. (2001) "Ordem VS e Sujeito Nulo em PB e PE". Trabalho apresentado no colóquio "Português Europeu-Português Brasileiro: Unidade na Diversidade na Passagem do Milênio", XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Fac. de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Costa, João (1998) *Word Order Variation: A Constraint-Based Approach*. Holland Academic Graphics, Haia.
- Costa, João (2000) "Postverbal Subjects and Agreement in Unaccusative Contexts in European Portuguese". Ms., Universidade Nova de Lisboa.
- Cyrino, Sonia Maria Lazzarini (1994) "O Objeto Nulo no Português do Brasil: Um Estudo Sintático-Diacrônico". Dissertação de doutorado, UNICAMP.
- Cyrino, Sonia Maria Lazzarini (1996) "Observações sobre a Mudança Diacrônica no Português do Brasil: Objeto Nulo e Clíticos". Em Roberts & Kato, orgs., 163-184.
- Duarte, Maria Eugênia Lamoglia (1989) "Clítico Acusativo, Pronome Lexical e Categoria Vazia no Português do Brasil". Em Tarallo, org., 19-34.
- Duarte, Maria Eugênia Lamoglia (1992) "A Perda da Ordem VS em Interrogativas QU- no Português do Brasil". *DELTA* 8, 37-52.
- Duarte, Maria Eugênia Lamoglia (1996) "Do Pronome Nulo ao Pronome Pleno: A Trajetória do Sujeito no Português do Brasil". Em Roberts & Kato, orgs., 107-128.
- Givón, Talmy (1979) *On Understanding Grammar*. John Benjamins, Amsterdam.
- Hopper, Paul & Thompson, Sandra (1980) "Transitivity in Grammar and Discourse". *Language* 56, 251-299.
- Jackendoff, Ray (1972) *Semantic Interpretation in Generative Grammar*. MIT Press, Cambridge.
- Kaiser, Georg & Eguzkita, Andolin (1999b) "Postverbal Subjects in Romance and German: Some Notes on the Unaccusative Hypothesis". *Lingua* 109, 195-219.
- Kato, Mary (2000a) "The Partial Pro-Drop Nature and the Restricted VS Order in Brazilian Portuguese". Ms., UNICAMP.
- Kato, Mary (2000b) "A Restrição da Monoargumentalidade da Ordem VS no Português do Brasil". Ms., UNICAMP. A aparecer em *Fórum Lingüístico*, UFSC, Florianópolis.
- Kato, Mary & Tarallo, Fernando (1987) "Harmonia Trans-Sistêmica: Variação Intra- e Inter-Lingüística". Ms., publicado em *Predição* 6, 1-41, Campinas.

- Kato, Mary & Tarallo, Fernando (1988) 'Restrictive VS Syntax in Brazilian Portuguese: its Correlation with Invisible Clitics and Visible Subjects'. Trabalho apresentado no "1988 Georgetown Roundtable on Languages and Linguistics".
- Kato, Mary & Tarallo, Fernando (1991) "The Loss of VS Syntax in Brazilian Portuguese". Ms., UNICAMP; relatório de pesquisa para FAPESP.
- Lira, Solange (1982) 'Nominal, Pronominal and Zero Subjects in Brazilian Portuguese'. Dissertação de doutorado, University of Pennsylvania.
- Morais, Maria Aparecida Torres (1996) "Aspectos Diacrônicos do Movimento do Verbo, Estrutura da Frase e Caso Nominativo no Português do Brasil". Em Roberts & Kato, orgs., pp.263-306.
- Naro, Anthony & Votre, Sebastião (1989) 'Mecanismos Funcionais do Uso da Língua'. *Revista DELTA* 5, 169-184.
- Naro, Anthony & Votre, Sebastião (1992) 'Mecanismos Funcionais do Uso da Língua: Função e Forma'. *Revista DELTA* 8, 285-290.
- Naro, Anthony & Votre, Sebastião (1999) 'Discourse Motivations for Linguistic Regularities: Verb-Subject Order in Spoken Brazilian Portuguese'. *Probus* 11, 75-100.
- Nascimento, Milton do (1984) 'Sur la Postposition du Sujet dans le Portugais du Brésil'. Dissertação de doutorado, Université de Paris VIII.
- Nascimento, Milton do (1990) 'Teoria Gramatical e 'Mecanismos Funcionais do Uso da Língua''. *DELTA* 6, 83-98.
- Nicolau, Eunice (1995) 'As Propriedades de Sujeito Nulo e Ordem VS no Português Brasileiro'. Dissertação de doutorado, UNICAMP.
- Neves, Maria Helena de Moura (1999) 'Estudos Funcionalistas no Brasil'. *DELTA* 15, 70-104.
- Neves, Maria Helena de Moura (1996) 'A Questão da Ordem na Gramática Tradicional'. Em A. T. de Castilho, ed., *Gramática do Português Falado, Vol. I: A Ordem*, 3.ed., pp.185-316. Editora da UNICAMP/FAPESP, Campinas.
- Perlmutter, David (1976) 'Evidence for Subject Downgrading in Portuguese'. Em J. Schmidt-Radefeldt, ed., *Readings in Portuguese Linguistics*, pp.93-138. North Holland, Amsterdam.
- Perlmutter, David (1978) 'Impersonal Passives and the Unaccusative Hypothesis'. Em J. J. Jaeger *et alii*, eds., *Proceedings of the Fourth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, pp.157-89.
- Pezatti, Erotilde Goreti (1994) 'Uma Abordagem Funcionalista da Ordem de Palavras no Português Falado'. *Alfa* 38, 37-56.
- Pezatti, Erotilde Goreti & Camacho, Roberto Gomes (1997a) "Aspectos Funcionais da Ordem de Constituintes". *Revista DELTA* 13, 191-214.
- Pezatti, Erotilde Goreti & Camacho, Roberto Gomes (1997b) 'Ordenação dos Constituintes na Sentença: uma Interpretação Funcional'. *Alfa* 41, 99-126.
- Pintzuk, Suzan (1988) "VARBRUL Programs". 40 fl. mimeo.
- Pollock, Jean-Yves (1989) 'Verb Movement, UG, and the Structure of IP'. *Linguistic Inquiry* 20, 365-424.
- Pontes, Eunice (1986) *O Tópico no Português do Brasil*. Pontes, Campinas.
- Ribeiro, Ilza (1999) 'Sobre a Perda da Inversão do Sujeito em PB'. Ms., Universidade de Salvador.
- Roberts, Ian & Kato, Mary, orgs. (1996) *Português Brasileiro: Uma Viagem Diacrônica*. 2.ed. Pontes, Campinas.
- Rossi, Maria Aparecida Lopes (1996) 'Estudo Diacrônico sobre as Interrogativas do Português do Brasil'. Em Roberts & Kato, orgs., pp.307-342.
- Figueiredo Silva, Maria Cristina (1996) *A Posição do Sujeito no Português Brasileiro: Frases Finitas e Infinitivas*. Editora da UNICAMP, Campinas.
- Figueiredo Silva, Maria Cristina; Coelho, Izete; Menuzzi, Sergio (2001) 'Ordem VS em PB e PE'. Trabalho apresentado no colóquio "Português Europeu-Português Brasileiro: Unidade na Diversidade na Passagem do Milênio" do II Congresso Internacional da ABRALIN. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Schütze, Carson T. (1996) *The Empirical Base of Linguistics: Grammaticality Judgments and Linguistic Methodology*. Chicago University Press, Chicago.
- Sportiche, Dominique (1988) "A Theory of Floating Quantifiers and its Corollaries for Constituent Structure". *Linguistic Inquiry* 19, 425-449.
- Tarallo, Fernando (1983) 'Relativization Strategies in Brazilian Portuguese'. Dissertação de doutorado, Universidade da Pennsylvania.
- Tarallo, Fernando, org. (1989) *Fotografias Sociolingüísticas*. Pontes/UNICAMP, Campinas.
- Thomas, E.W. (1969) *The Syntax of Spoken Brazilian Portuguese*. Vanderbilt University Press, Nashville.
- Zubizarreta, Maria Luiza (1998) *Prosody, Focus, and Word Order*. MIT Press, Cambridge (EUA).